

Entrevista com **Lilia Ferreira Lobo** (CRP 05/4125), psicóloga da área de Psicologia Social e Institucional e professora do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

1) O que significa falar em educação inclusiva? Ela pressupõe que atualmente há exclusão no espaço escolar?

As análises históricas de Michel Foucault nos mostram que as práticas sociais de exclusão e de inclusão, em nosso mundo capitalista, não são mutuamente opostas. Ou seja, a partir do final do século XVIII, as separações binárias do tipo normal/anormal combinam-se com esquadrinhamentos múltiplos de um novo tipo de separação que caracteriza as práticas de inclusão. Trata-se cada vez mais das divisões institucionalizadas, tanto nos espaços dos estabelecimentos especializados (escola, hospício, prisão, quartel, fábrica), quanto dos saberes classificatórios que esmiúçam as anormalidades no comportamento das pessoas e, atualmente em algo ainda mais invisível como no genoma e/ou no funcionamento cerebral, buscando as marcas de um desvio ou de tendências patológicas para o desvio.

Hoje, não mais precisamos dos espaços fechados para este esquadrinhamento, que, com exceção das prisões, atuam em espaço aberto por meio de outros recursos diagnósticos e farmacológicos de contenção. É certo, então, que quanto mais se fala de inclusão social e, no caso, de educação inclusiva, mais se confirmam as análises de Foucault: de que as propostas de inclusão supõem, senão muitas vezes afirmam, as práticas de exclusão.

2) Quais políticas práticas têm sido construídas nesse sentido de inclusão? Quais os efeitos dessas políticas dentro das escolas?

As políticas públicas de educação no Brasil confirmam sobejamente este mecanismo: o da exclusão/includente combinada com a inclusão/excludente. A escola exclui uma multidão de crianças que passaram pelos espaços escolares e, portanto, foram aí incluídas, para em seguida excluí-las de oportunidades de existência. E serão provavelmente capturadas/incluídas pela relação naturalizada entre incapacidade para a aprendizagem escolar e pobreza e, o que é ainda pior, a suspeição de tendências para o crime. Certas políticas de incentivo ao trabalho voluntário, às chamadas ONGS, ao sistema de quotas, a introdução das chamadas crianças com deficiências, a meu ver, na maior parte das vezes contribuem para prorrogar esta situação. Produzem um efeito paradoxal de, ao mesmo tempo em que trazem à luz esta realidade pífida e se proclamam a esperança de transformá-la, apaziguam com suas boas intenções as lutas pelas mudanças efetivas deste quadro.

Não creio que muitas dessas políticas sejam provisórias porque vivemos um momento de extremo conservadorismo sustentado pelo medo mil vezes ampliado pelas políticas de segurança pública e pela crise econômica que já bateu às nossas portas. Como é possível “corrigir” tamanha desigualdade matriculando crianças “especiais” nas escolas “regulares” que regulam a exclusão? Como é possível intervir nesta desigualdade pelo produto, consolidado ao longo de anos de história, do sistema público de educação por meio do sistema de quotas? Como romper esta realidade por meio de práticas intermitentes das ONGS e do trabalho voluntário? Todas essas iniciativas estão, na

verdade, a serviço das políticas governamentais, são governamentais, embora nem sempre estatais, no sentido que fazem parte das políticas de governo.

3) Qual o papel da Psicologia nesse processo? Como psicólogo e professor podem trabalhar juntos na construção dessa inclusão?

Esses são alguns pontos de reflexão ético-política para o trabalho dos profissionais na escola, em especial o dos psicólogos com seu arsenal de técnicas que, em geral, proclamam-se neutras e científicas, mas que, num trabalho contínuo de análise coletiva de suas práticas diárias e sua aliança com as forças insurgentes nos espaços macro e micro políticos da instituição escolar, podem abrir possibilidades, malgrado “onda” atual, para invenção de novas estratégias de enfrentamento das ciladas dos eufemismos que maquam com tintas de esperança, as subjetividades para a obediência.